

CORPOS *TRANSVIADES* NA CONTÍSTICA DE JOSUÉ SOUZA

TRANSVIADES BODIES IN JOSUÉ SOUZA CONTISTICS

CUERPOS TRANSVIADES EN JOSUÉ SOUZA CONTISTICS

Luan Bencos de Sá Cerqueira

Resumo: O presente estudo discute a representação do corpo e da sexualidade nos contos “Terezinha” e “O menino que se via Clarice”, que integram a coletânea *Terezinha e outros contos de literatura Queer*, do escritor brasileiro Josué Souza, com o propósito de evidenciar duas narrativas específicas, uma em primeira e outra em terceira pessoa, nas quais as personagens em foco são corpos trans ou em trânsito, isto é, alteridades com sexualidades dissidentes. O protagonismo das personagens nos permite refletir acerca dos espaços simbólicos e de circulação destinados a esses corpos que, por não viverem a normatização do gênero, são diariamente cerceados dos direitos humanos e da liberdade de expressão, além de terem seus corpos abjetificados e violentados pelos discursos de ódio. Por isso, este trabalho constitui um espaço de problematização e de revisão do cânone, recorrendo a suportes teóricos relacionados aos estudos da diversidade sexual e de gênero. A pesquisa permite revelar, por meio das narrativas em estudo, os danos à existência dos corpos em trânsito face à dominação masculina e ao binarismo imposto. Ademais, evidencia as produções com temáticas “transviadas”, apresentando a relação corpo-sexualidade-gênero experienciadas para além do determinismo biológico que, por vezes, trata a existência dos corpos em trânsito como patologia/anomalia. Por essa perspectiva, observamos que tais discursos opressivos possuem raízes fundantes em histórias de ódio e aversão, mantidas pelas vias do simbólico e do institucional. Desse modo, o reconhecimento das multiplicidades e das distintas experiências corporais possibilita afirmar que o processo de resistência se dá, também, através da arte literária contemporânea.

Abstract: This study discusses the representation of the body and sexuality in the short stories “Terezinha” and “O Menino que se Clarice”, which are part of the contistic *Terezinha and other Queer literature stories*, by the Brazilian writer Josué Souza, with the purpose of highlighting two specific narratives, one in first person and another in third person, in which the characters in focus are trans or transiting bodies, that is, alterities with dissident sexualities. The protagonism of the characters allows us to reflect on the symbolic and circulation spaces intended for these bodies onde they do not correspond the norm of gender and are daily surrounded by the lackness of human rights and freedom of expression, in addition to having their bodies objectified and violated by the speeches of hate. For this reason, this article constitutes a space for problematizing and revising the canon, using theoretical supports related to the studies of sexual and gender diversity. The research allows to reveal, through the narratives under study, the damage to the existence of bodies in transit in face of male domination and imposed binarism. In addition, it highlights productions where trans people issue are themes, showing the body-sexuality-gender relationship experienced beyond the biological determinism that sometimes treats the existence of bodies in transit as pathology / anomaly. From this perspective, we observe that such oppressive discourses have deep roots in narratives of hatred and aversion, sustained by symbolic and the institutional means. Thus, the recognition of multiplicities and different bodies experiences makes it possible to affirm the resistance process through contemporary literary art.

Resumen: Este estudio analiza la representación del cuerpo y la sexualidad en los cuentos “Terezinha” y “O Menino que se Clarice”, que forman parte de la colección *Terezinha y otras historias de literatura queer*, del escritor brasileño Josué Souza, con el propósito de destacar dos narraciones específicas, una en primera persona y otra en tercera persona, en las cuales los personajes en foco son cuerpos trans o en *tránsito*, es decir, alteridades con sexualidades disidentes. El protagonismo de los personajes nos permite reflexionar sobre los espacios simbólicos y de circulación destinados a estos cuerpos que, debido a que no viven la norma de género, están diariamente negados de derechos humanos y libertad de expresión, además de tener sus cuerpos objetivados y violados por los

discursos de odio. Por esta razón, este estudio constituye un espacio para problematizar y revisar el canon, utilizando apoyos teóricos relacionados con los estudios de diversidad sexual y de género. La investigación permite revelar, a través de las narraciones en estudio, el daño a la existencia de cuerpos en tránsito frente a la dominación masculina y el binarismo impuesto. Además, destaca las producciones con temas "extraviados", presentando la relación cuerpo-sexualidad-género experimentada además del determinismo biológico que a veces trata la existencia de cuerpos en tránsito como patología / anomalía. Desde esta perspectiva, observamos que tales discursos opresivos tienen profundas raíces en historias de odio y aversión, mantenidas por medio de lo simbólico y lo institucional. De esta manera, el reconocimiento de multiplicidades y diferentes experiencias corporales hace posible afirmar que el proceso de resistencia ocurre, también, a través del arte literario contemporáneo.

Palavras-chave: Corpos em trânsito; Diversidade sexual e de gênero; Literatura brasileira.

Keywords: Bodies in transit; Sexual and gender diversity; Brazilian literature.

Palabras clave: Cuerpos en tránsito; Diversidad sexual y de género; Literatura brasileña.

INTRODUÇÃO– (DES) LEGITIMAÇÃO

“Arrebatamos das mãos do senhor as chaves de nossas cadeias.”

Ventura Profana

No mundo social, os corpos são analisados mediante uma norma discursivamente imposta, que define o “real” e o “ideal” no que diz respeito à vivência da sexualidade e do gênero. Para tanto, ao recolher discursos cotidianamente compartilhados pelo senso comum, a exemplo, o “chá de revelação”¹, perceberemos que alocam a sexualidade e a identidade de gênero no eixo da naturalização, atribuindo comportamentos/adereços/performances estanques para o feminino e para o masculino. Para além, são também determinados os espaços de circulação destinados às figuras dicotômicas (homem/mulher; masculino/feminino) sendo que o feminino esteve sempre associado a algo menor, subalterno à figura masculina, de modo a determinar o masculino como detentor de privilégios: espaço de fala e circulação, enunciando a partir de um *lócus* “universal”.

A forma como a leitura do feminino foi configurada durante toda a existência humana diz respeito a uma nítida subserviência ao lar, ao masculino e ao trabalho árduo. Essa é uma parte do processo por meio do qual nem tão somente as mulheres, como também as pessoas negras, indígenas, pobres e outras minorias, estiveram destituídas da sua condição de sujeitas e de humanidade. Ao passo que os estudos *transviados*² se valem inicialmente das normas de gênero para pensar o tratamento dado ao feminino oriundo da dissidência da norma,

¹ O chá de revelação é uma prática cultural realizada pelos entes no momento de revelação do sexo do bebê, masculino/feminino-homem/mulher.

² O termo *transviados* é uma reapropriação da tradução cultural própria que Berenice Bento (2009) faz para qualificar os estudos *Queers*: estudos *transviados*; referido não tão somente aos estudos, mas também aos corpos e a atuação das *transviados*, aqueles/as que se negam a um constructo universalizado de sujeito, corpos dissidentes e em transito-fuga da normatividade imposta.

reconhecendo que o conjunto opressivo da dominação masculina interfere sob ambos em camadas distintas, contudo, na mesma proporção violenta. Dessa forma, percebe-se a afinidade e a necessária aliança entre os estudos feministas, os estudos *transviades* e a teoria *Queer* no desvelamento da dominação, ainda que “atravessados por debates e divergências perturbadoras” (LOURO, 2004, p.1). Nesse sentido, trazemos a reflexão sobre a necessidade do desvelamento da estrutura racista e capitalista do “cishéteropatriarcado”³ (AKOTIRENE, 2018), pensado com uma ferramenta teórico-metodológica que possibilita a participação de todos no dismantelamento dessa estrutura opressora, a partir do lugar de fala e social de cada um.

Então, a partir da análise do comportamento e funcionamento da ordem social, ou seja, de como as alteridades estão distribuídas e alocadas no grande maquinário capitalista, que dirão respeito ao tratamento das existências *transviades*, bem como do processo de legitimação e deslegitimação, perceberemos que a ordem social opera de modo a universalizar as experiências, reguladas a partir da raça, do gênero e da classe social. Historicamente, os espaços de circulação de pessoas negras, de sexualidades dissidentes e de pobres são distintos dos lugares em que os homens brancos e ricos circulam. Em uma configuração “violentamente simbólica” (BOURDIEU, 2012), essas identidades são situadas em lugares imanes de subalternidade, abarrotadas de violências institucionalizadas, desde a negligência do Estado na falta de assistência e inteligibilidade, até a violência física, exemplificada pelo número absurdo de mortes de travestis e transexuais. Dessa forma, evidencia-se que a camada inferior e responsável pela sustentação de toda estrutura, desprovida de direitos humanos básicos, é ocupada pelas alteridades dissidentes da norma.

Apresentamos o dito ao analisar o título das manchetes em que versam: “Trans é morta a paulada na Zona Sul de São Paulo” (São Paulo Estadão); “Transexual é morta a pauladas em bairro nobre” (G1-Globo) anunciando o transfeminicídio, a morte da cearense Larissa Rodrigues da Silva, em um bairro nobre de São Paulo. A invasão ao corpo trans mediante a negação à sentença atribuída aos corpos no nascimento não é digna de nome nem sobrenome, evidente sinal de deslegitimação social. Ao passo que esse corpo trans está deslegitimado pela norma a exercer o pleno estado de vivência, corpos cis⁴ heterossexuais são legitimados, bem como autorizados por ela a regular e infringir a vida daqueles que optam por outra rota. Tem-se reproduzido acima a ordem social, erguida sob viés ideológico do cishéteropatriarcado: machista, LGBTQIA+fóbico, racista e capitalista.

³ Cishéteropatriarcado é um termo cunhado por Carla Akotirene para designar a estrutura de privilégio montada e sustentada por discursos de legitimação a homens cis, heteros, brancos e ricos.

⁴ Indivíduos que se identificam e adotam padrões sociais vinculados ao sexo biológico

A viabilidade deste estudo ancora importância no contexto social em que presenciamos fortes discursos de intolerância aos corpos que não se enquadram na perspectiva binária (homem-mulher/masculino-feminino). Esses discursos aparecem materializados, também, em agressões físicas às alteridades LGBTQIA+. Para exemplificação, segundo uma pesquisa realizada pelo Grupo Gay da Bahia⁵ em 2017, 445 lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, sendo 179 assassinatos de pessoas Trans, 169 Travestis e Mulheres Transexuais e 10 Homens Trans foram mortos em crimes motivados pela aversão à figura dos que são desviantes de uma norma pré-estabelecida, nesse caso, a cis-heterossexualidade.

Por entender que a nossa sociedade violenta aos corpos *transviados* pretos, em sua maioria, afeminados e desviantes por carregarem uma performance disforme do pressuposto pela construção social imposta faz-se necessário que as suas vozes sejam impelidas e legitimadas. É de extrema importância a contribuição literária desta análise, no referente às questões de estudo de poéticas marginalizadas, por constituir um espaço que permite revisar o cânone, de modo a aproximar o debate às questões LGBTQIA+ no universo acadêmico. O que se percebe, face ao dito, é que as marcas de raça e de gênero, a olho nu, são cicatrizes em consequência da violência, do não-lugar, que a sociedade e o cânone lhes reservaram durante muito tempo.

INSTRUMENTOS DA DOMINAÇÃO E REGULAÇÃO DOS CORPOS

A forma como o gênero e a sexualidade são materializados através dos discursos sociais implica em uma concepção essencialista e universalizadora, alocada na expressão “sempre foi assim”, repetida inúmeras vezes pelo senso comum na ordem do dia. O caráter impositivo da heteronormatividade se funda na determinação estável do gênero e na biologização do social, tendo o sexo como categoria determinante, configurado, de acordo com as proposições MISKOLCI (2009, p.157-158), a luz de Michael Warner (1991), como “as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural [...]” (*apud* BRITO, 2017, p. 3)

O gênero, tal como posto, atua como um sistema de atribuições de utensílios/acessórios que dizem respeito ao sexo masculino (cuja representação está no falo) e ao feminino (cuja representação está na vagina). Essa relação indissociável postulada pela ordem social (o sexo para o gênero em uma correlação cristalizada de dois elementos cuja

⁵ O grupo gay da Bahia (GGB) é uma organização não governamental direcionada a defesa dos direitos LGBTQIA+ na Bahia.

pragmática é distinta), utiliza-se das composições biológicas para definir também as práticas sexuais dos indivíduos, em que a relação heterossexual, aqui, tem primazia exclusiva.

Portanto, ao nomear um indivíduo recém-nascido de menino em um simples enunciado afirmativo, prediz-se a sexualidade e a identidade de gênero, pois imediatamente é produzido um sujeito, um perfil de menino que esteve a todo momento como referência: o heterossexual. O movimento realizado pelo senso comum está para o reforço do composto natural, cristalizado, como também para o estabelecimento e delimitação de uma fronteira do humano e para inculcação da norma (BUTLER, 2000). Dessa maneira, cores, adornos, posturas comportamentais, roupas, serão incorporados ao indivíduo determinando a sua posição na dicotomia expressa.

A estudiosa dos estudos *transviades* Guacira Lopes Louro (2000) ratifica essa afirmativa da seguinte maneira:

[...] nada há de exclusivamente ‘natural’ nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. (LOURO, 2000, p. 6)

Para além da naturalização da sexualidade e da identidade de gênero como compostos biológicos, há uma notória oposição na dicotomia masculino e feminino em que, como afirma Pierre Bourdieu (2012), sua objetividade e subjetividade estariam inseridas em um sistema de posições homólogas, tais como: alto/baixo; duro/mole; claro/escuro; positivo/negativo; apresentando uma relação sustentada pela diferença em que a qualidade de sujeito emerge em detrimento do diferente. De modo igual, “A divisão entre os sexos parece estar ‘na ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável.” (BOURDIEU, 2012, p.17). Isso significa dizer que o social naturaliza determinados lugares/relações de modo que haja validade apenas para determinado corpo sexuado, a exemplo do feminino, historicamente associado ao sexo frágil, irracional, predominante no espaço doméstico; (grifo da autora) em contraste com o masculino, associado ao espaço público e de enunciação do discurso a partir das estruturas de poder:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; [...]. (BOURDIEU, 2012, p.18)

Visualiza-se, então, a doxa imposta no mundo social a partir das relações de poder de uma sociedade centrada na figura branca, androcêntrica e heteronormativa, detentora de maiores privilégios sociais. Todavia, a dominação masculina se vale de meios para a manutenção dessa lógica, regulando assim as experiências a partir dos recortes. A norma de gênero age como um desses meios regulatórios, apontando uma matriz excludente pela qual as sujeitas e os sujeitos são constituídos. Butler (2000) destaca a formação do sujeito como sendo

[...] uma identificação com o fantasma normativo do sexo: essa identificação ocorre através de um repúdio que produz um domínio de abjeção, um repúdio sem o qual o sujeito não pode emergir. Trata-se de um repúdio que cria a valência da "abjeção" — e seu status para o sujeito — como um espectro ameaçador. Além disso, a materialização de um dado sexo diz respeito, centralmente, à regulação de práticas identificatórias, de forma que a identificação com a abjeção do sexo será persistentemente negada. E, contudo, essa abjeção negada ameaçará denunciar as presunções auto-fundantes do sujeito sexuado, fundado como está aquele sujeito num repúdio cujas consequências não pode plenamente controlar. (BUTLER, 2000, p. 112)

Dessa forma, quando repousamos o olhar sobre as diferenças, notaremos não só o campo epistemológico, mas também o campo ontológico, o estético e o ético, respondendo à cultura de uma classe dominante, eurocentrada, que impôs e impõe seus padrões simbólica e institucionalmente, produzindo notórias distinções entre os indivíduos. Assim, todos os que não respondem a esse padrão cultural são postos à margem, o que denota o quão violento é o processo de silenciamento da identidade cultural de outros povos, uma “violência simbólica” (BOURDIEU, 2012). Nesta perspectiva, o (a) indivíduo que é inserido (a) nessa ordem irá aprender e apreender o mundo social mediante a conformação entre as estruturas objetivas (discursos materializados no social) e as estruturas cognitivas. Em outras palavras, os indivíduos internalizam discursos institucionais que determinam posições para as (os) negras, corpos *transviades* e pobres; de modo que, através da repetição desses discursos, instalam-se raízes nas estruturas cognitivas (subconsciente), resultando em sua naturalização.

O corpo se tona, então, um lugar de negociação e conflito em que se pode testemunhar a violência posta, como afirma a cantora, performer e ativista brasileira Linn da Quebrada (2019):

[...] a violência da sociedade para com alguns corpos e corpos como o meu, pretos, transviados, de quebrada, essa violência está posta. Então, algumas vezes, é necessário responder também com terror, responder também com agressividade a essa violência, e ainda mais, colocando o meu corpo como arma, o meu corpo como protesto, manifesto e como pólvora, diante desse sistema que já é violento com a gente cotidianamente. (QUEBRADA, 2019, p. 448)

O movimento realizado pelos corpos *transviados* está para o não reconhecimento e o não cumprimento das expectativas projetadas pela ordem social. Logo, toda sujeita ou todo sujeito que se afaste em suas práticas e/ou em identidade de gênero do protótipo “homem-branco-hétero-rico” se configura como “outro”, construído, portanto, em uma relação de contraste, atribuindo a ininteligibilidade, a falta de compreensão, a esses corpos. Guacira Lopes Louro afirma que as pessoas que se desvirtuam da doxa serão: “[...] os ‘outros’ sujeitos sociais que se tornarão ‘marcados’, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como ‘o segundo sexo’ e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual” (LOURO, 2000, p. 9, grifos da autora). O que nos interessa neste estudo é o movimento de fuga do polo referencial, momento em que a subjetividade reconhece as próprias verdades para a construção da identidade (processo de identificação) e, a partir dos limites culturais, passam a grafar o corpo com materiais dispostos para significá-lo.

O entendimento do movimento de migração, a não adequação e o surgimento da diferença induzem à existência de possibilidades de relações e práticas socioculturais as quais os corpos se autorizam, constituindo assim novas formas de conhecer o mundo e de apresentar-se a ele. Contudo, os corpos em trânsito não são vislumbrados com estima. As normas de gênero concebem o "sexo" através da repetição/reiteração forçada dessas normas, de modo que o sexo é composto pela absorção do gênero, construído socialmente. Significa dizer que o sexo recolhe em si o gênero, tornando-se a “construção da construção”, ou seja, o sexo se estabelece como sendo uma fantasia do biológico em que não se tem acesso direto a não ser pela via do gênero. Como esclarece Butler (2000):

Se o gênero é a construção social do sexo e se não existe nenhum acesso a esse ‘sexo’ exceto por meio de sua construção, então parece não apenas que o sexo é absorvido pelo gênero, mas que o ‘sexo’ torna-se algo como uma ficção, talvez

uma fantasia, retroativamente instalado em um local pré-linguístico ao qual não existe nenhum acesso direto. (BUTLER, 2000, p.114)

Contudo, ao dizer que o gênero é construído socialmente, produz-se indagações ao tomar o verbo apenas em seu modo de ação, como, por exemplo: “quem construiu o gênero”. Aqui, enfatizamos que os questionamentos devem estar para uma outra ordem, que conferirá origem na matriz em questão, ao indagarmos: “se o sujeito é construído socialmente, quem constrói o sujeito?”. Esse questionamento nos direciona para a reflexão de que a construção subjetiva – “eu” – é possibilidade mediante os materiais encontrados na ordem social, ou seja, o sujeito emerge do interior das relações de gênero e como matriz dessas relações (BUTLER, 2000). Assim, as normas de gênero regularizam tanto a materialização nos/dos corpos, oferecendo subsídios para que a performatividade componha o conjunto prótese corpórea, bem como regulariza o processo de significação dos efeitos materiais adotados.

A outorga do processo de naturalização das identidades pelas vias institucionais produz um local à margem, espaço desprovido de direitos humanos, onde são depositados pretos (as), pobres e *transviados*. Por essa razão, no Brasil, temos lugares ocupados por transexuais e travestis, em sua maioria negras, no campo da prostituição, anulando oportunidades, desejos, sonhos, humanidade. Além de marginalizadas, essas sujeitas e outras, como, por exemplo, as *Drags Queens*, são alvo de agressões por escancararem em seus corpos a construtividade do gênero. Portanto, não têm a oportunidade de serem lidas como constituintes de um componente cultural e, antes de se tornarem mira dos atos repreensivos e de discursos de ódio, tornam-se ininteligíveis. Nesse sentido, Berenice Bento (2008) postula que:

Há uma amarração, uma costura, no sentido de que o corpo reflete o sexo, e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido nessa relação. As performatividades de gênero que se articulam fora dessa amarração são postas à margem, analisadas como identidades transtornadas, anormais, psicóticas, aberrações da natureza, coisas esquisitas. A repetição permite a eficiência dos atos performativos que sustentam e reforçam as identidades hegemônicas, mas, também são repetições deslocadas do contexto natural dos sexos, a exemplo da transexualidade, que possibilitam a emergência de práticas que interrompam a reprodução das normas de gênero, e ao fazê-lo, explicitariam o caráter excludente da categoria ‘humano’ das pessoas que reconstroem suas posições identitárias, transitando e, portanto, negando a precedência explicativa do biológico. (BENTO, 2008, p. 45)

Com essa finalidade, na negação da precedência explicativa do biológico, temos corpos que resistem e fazem da vida pessoal um instrumento de luta e reivindicação pela fala, há tanto negligenciada. Interessam-nos essas produções efetuadas no campo marginal, para que possamos ter conhecimento das práticas culturais em que a (re)existência é grafada todos os dias. Para a *transmissão* de desvelar os fundos discursivos postos pelo pensamento dicotômico estável/natural do estado das coisas, compactuamos com a proposta da Guacira Lopes Louro em *O corpo educado* ao tratar da discussão da diferença, o trânsito/*Queer*, na educação, no capítulo Pedagogias da sexualidade, evidenciando uma política pós-identitária cujo primeiro passo é o estranhamento com o que está posto, no caso da escola, a começar pelo estranhamento do próprio currículo.

SUBJETIVIDADE NA CONTÍSTICA DE JOSUÉ SOUZA

Nesta perspectiva, trazemos à luz a obra *Terezinha e outros contos de literatura Queer*, de Josué Souza, lançado em 2016, um conjunto de 16 contos focalizando o processo de descoberta de si: os prazeres da vida e a natureza que trazemos conosco. O livro de Josué Souza é mais um publicado com o selo Hoo Editora, que se dedica a publicar textos que atendem às representações LGBTQIA+, fazendo com que os temas referentes a essa comunidade sejam lidos e se façam presentes, de alguma forma, no social, bem como nos estudos literários.

A literatura brasileira, no que concerne ao cânone literário, esteve por muito tempo distanciada das questões que dissessem respeito a essas subjetividades, contribuindo para universalizar o sujeito heterossexual branco. Contudo, a partir da década de 1960, as alteridades opostas ao modelo do cishéteropatriarcado⁶ passam a produzir literatura mais empenhada em ressaltar seus desvios à heteronormatividade.

Os críticos, então, passam a conferir atenção aos conjuntos discursivos em torno das obras ficcionais, de forma que temas anteriormente pouco mencionados pelo cânone se fizeram presentes, como o desejo, a questão subjetiva, o estado de subcultura: dramas, dores, misérias e muitas vitórias, contempladas pela “literatura homoerótica”. A problematização da relação gênero e sexualidade cimenta a atuação das alteridades dissidentes no campo literário, somando esforços para instituir e solidificar os estudos *transviados*. Dessa maneira,

⁶ Cishéteropatriarcado, como mencionado na sessão anterior, é um termo cunhado por Carla Akotirene para designar a estrutura de privilégio montada e sustentada por discursos de legitimação a homens cis, heteros, brancos e ricos.

as noções de gênero e sexualidade passam a se tornar pauta na contemporaneidade desde produções autorais a matérias de ensino.

Ao passo que a cristalização imposta, a relação polarizada da lógica binária e a essencialização do feminino/masculino são rediscutidos, a literatura e os estudos literários ganham novas dimensões. A forma como a literatura homoerótica se desenvolveu reveste-se de grande importância para os estudos *transviades*, e para “literaturas *transviadas*”, em abordagens de si ou do outro que constantemente relacionam o campo discursivo à escrita de memória, isto é, o arranjo estabelecido no processo (auto) biográfico em que o sujeito da escrita (autor) e o sujeito escrito (narrador) se relacionam intimamente, o eu biógrafo e o eu ficcional (SILVA, 2016). Tendo isso em vista, a coletânea de Josué Sousa, *Terezinha e outros contos da Literatura Queer*, contempla as discussões estabelecidas pelos estudos *transviades* no campo literário.

A obra é dividida em três partes: “O Inusitado”, “O Indizível” e “O Magnífico”. Entre contos que irão revelar o íntimo das personagens que buscam atender às exigências do seu eu, de seus desejos e suas sensações, revelam também o encontro violento com as normas cristalizadas que atropelam a mínima possibilidade de construção subjetiva de identificação, na medida em que impõem uma idealização de sujeito imbuído de humanidade.

Dessa forma, o livro conta com a representatividade não apenas do protótipo do homem gay, mas também de outras subjetividades que compõem a sigla LGBTQIA+, diversas possibilidades das sujeitas *transviades*, permitindo-nos refletir sobre o processo de construção da identidade e o movimento de trânsito realizado por aqueles que ou migram de um polo a outro da dicotomia exposta (homem/mulher) ou se identificam com um não-lugar, rompendo o pensar dicotômico, mas, ainda assim, trabalhando com a materialidade ofertada para a representação do gênero. Dessa maneira, a obra de Josué Souza apresenta-se como um microscópio ficcional de espaços e personagens *transviades*.

Tendo isso em vista, o conto “Terezinha” se encontra na sessão “o Inusitado”, remetendo a uma ocorrência não usual, uma circunstância considerada por muitos fora do comum. Essa narrativa traz relatos de uma mulher *trans* em seu processo de autoconhecimento e construção da sua subjetividade, evidenciando os contatos com o universo masculino ao seu redor, nas figuras do pai, do irmão e de uma terceira personagem que se envolve emocionalmente com a protagonista.

Terezinha é, por si, fora do comum, fora do ideal de sujeito proposto pelas normas de gênero. Por esse motivo, não é interpretada de forma adequada, visto que a leitura social legitima outro tipo de sujeito. Num flash de vida, Terezinha relata os primeiros contatos com

o universo masculino normativo, na transição de gênero masculino-feminino, contendo em seu corpo uma subjetividade feminina intrínseca. Essa circunstância é posta no início da narrativa, momento em que a personagem afirma “sim, eu vivo Terezinha. Terezinha pros íntimos, mas não a *Terezinha da canção*. Terezinha, a mulher da minha vida, só isso. Mas antes já vivi Luís Alcâmim de Melo, não falo mais dele” (SOUZA, 2016, p. 40).

Nessa afirmação inicial, destacamos a marcação do movimento de *trânsito* realizado pela personagem, uma vez que se desvincula da condição atribuída ao nascimento, seu corpo masculino, de modo a configurar e adaptar esse mesmo corpo às exigências subjetivas femininas, de modo a imprimir a leitura social feminina. Por outro lado, sugere a possível interpretação de que seria uma ratificação/explicação posta a início de conversa para ir de encontro à falta de compreensão que o senso comum tem sobre os corpos em trânsito, em busca por “credibilidade”, como afirma a ativista e cantora Linn da Quebrada (2019):

Em todos os espaços, eu sinto que para que as pessoas se envolvam comigo, para que eu tenha credibilidade ou para que as pessoas me olhem de forma que eu esteja no mesmo lugar que ela, que qualquer outro ser humano, eu preciso provar que eu sou merecedora. [...] E isso só acontece porque esse cis-tema, cis, ele só valoriza os saberes heterossexuais (QUEBRADA, 2019, p. 456)

A relação com o universo masculino é apresentada por Terezinha de forma bastante diferente da *Terezinha da canção*⁷ que, ao sofrer uma queda, foi acudida por alguns cavalheiros (pai, irmão e noivo), exibindo uma hierarquia e posse no campo da masculinidade: em primeiro lugar o pai, figura que representa oficialmente a autoridade responsável pela proteção; em seguida o irmão que se configura como suplente protetor na ausência da autoridade maior; e, posteriormente, a autoridade sucedânea não vinculada à família, o noivo, encerrando no matrimônio o ciclo previsto para o feminino. No entanto, no conto, deparamo-nos com uma Terezinha longe de um estado de fragilidade. É o momento em que passa a apalpar o mundo com seus próprios sentidos, estabelecendo e rompendo conexões socioculturais previstas.

Metaforizando o entendimento hierárquico familiar presente em *Terezinha de Jesus*, a relação com o pai é a primeira a ser relatada. Ao afirmar o desaparecimento de Luís, nome dado à sua configuração masculina ao nascimento, diante da chegada de Terezinha, o gesto responsivo do pai não foi de acolhimento ao processo de transição, somado ao de repulsa,

⁷ Canção popular: “Terezinha de Jesus/De uma queda, foi ao chão/Acudiram três cavalheiros/Todos os três de chapéu na mão/O primeiro foi seu pai/O segundo, seu irmão/O terceiro foi aquele/ A quem Tereza deu a mão. BATISTA, M. F. B. M.; SANTOS, I. M. F. (Org.). Cancioneiro da Paraíba. João Pessoa: Grafset, 1993.

expresso em uma orientação de reencontro com Luís, em: “ele não me falou mais nada. Não entendia quem vivia comigo. [...]. Tentou me convencer a deixar Terezinha, ir embora, arrumar outra mulher, encontrar-me novamente com Luís” (SOUZA, 2016, p. 40).

A resposta dada pelo pai traz à tona a cristalização imposta aos corpos, no momento que tenta convertê-la novamente em Luís, tornando irrealis as experiências adquiridas nas relações intrapessoais que possibilitaram a ela o encontro com o feminino, universalizando e radicalizando a experiência do corpo da personagem. Essa cristalização advém das normas de gênero que estão para a legitimação social do corpo sexuado (pênis vagina/) absorvido pelo gênero, daí a concepção de um dado “sexo” masculino ou feminino, obrigatoriamente correlacionando esse corpo a um gênero nos formatos homem ou mulher, respectivamente.

O segundo a recebê-la em seus trajes foi seu irmão. Carregado de ira, recepcionou-a com surra e socos. Essa atitude evidencia a exteriorização da soberania do sujeito hétero ao invadir e causar danos a um ser por conta de sua performatividade, da sexualidade ou tão somente pelo feminino. Ela relata o encontro da seguinte maneira:

Mal me viu, me acertou um soco e me deu uma baita surra em seguida. [...] O que ele não entendia é que me encontrei com Terezinha. [...] Ele não a aceitou. Precisei correr com ela antes que algo pior acontecesse. Ele podia se vingar de mim em Terezinha. Podia matá-la. (SOUZA, 2016, p. 41)

A agressão física e o prelúdio de interdição ao corpo de Terezinha surgem como forma regulatória, como ratificação do sujeito legitimado autorizado a infringir um corpo que não comunga da mesma perspectiva estática. A tentativa de eliminação, por meio da inferiorização do corpo *transviade*, serve para defender um modelo, delimitando, portanto, o ideal e o irreal, o humano e o não humano. Desse modo, os corpos em *trânsito* são postos pela norma de gênero como exemplo daqueles que desviam, fazendo com que a identificação com a abjeção esteja diretamente atrelada às violências:

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’ da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do ‘inabitável’ é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. Essa zona de inabitabilidade constitui o limite definidor do domínio do sujeito; ela constitui aquele local de temida identificação contra o qual — e em virtude do qual — o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida. Neste sentido, pois, o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, “dentro” do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio (BUTLER, 2000, p.112).

A abjeção, então, delimita o não-lugar e serve como régua para o controle social dos corpos, de tal forma que oferece moldes para regulamentação do ideal e do que se deve rasurar, marginalizar.

O terceiro e último a prestigiar a estreia de Terezinha foi Luís, um desconhecido. De certa forma, a recepção dele se faz inusitada, tendo em vista a forma como o masculino lidou com a existência da personagem até esse ponto da narrativa. A personagem relata o momento do contato:

Ajudou-me a sair da rua e a me recompor. Nunca me perguntou nada, nunca questionou o meu passado [...]. Tirou minha roupa, minhas mazelas, viu as marcas que eu trazia, encobriu-as com o amor de maquiagens caras, queria ver o que eu fazia. [...] Luís nunca me pediu nada, também nada me deu por isso, só queria me amar nos meus vestidos. (SOUZA, 2016, p. 42)

Ao pôr em contraposição a resposta dada pelo pai e pelo irmão, é possível reconhecer o movimento de inteligibilidade realizado por Luís através da disposição em ouvir, identificar suas tramas, trajetórias e cicatrizes. Dessa maneira, ele a reconheceria como sujeita de sua própria enunciação ao ponto de identificar seus anseios, suas questões, suas mazelas, como também a origem *transito* norteadora de Terezinha: “Amar em mim a Terezinha que eu era, mas também o Luís.” (SOUZA, 2016, p. 42).

É interessante notar essa duplicação do nome Luís, que nos direciona para a interpretação da ratificação do modelo binário masculino/feminino, pois Terezinha é salva pelo sujeito masculino. Admitindo ser também Luís, a personagem parece referendar uma concepção essencializada de mulher, ainda salva pelo homem, quando logo exclui a possibilidade de comportar o trânsito pressuposto pela presença do masculino em sua identidade de gênero: “Como Luís, eu também me chamo. Mas esse terceiro não cabe mais em nossa relação. Para Luís eu disse sim, pra Luís eu disse não, pra Luís, eu me dei de todo meu coração.” (SOUZA, 2016, p. 43).

A relação com o seio familiar consanguíneo que envolve Terezinha dialoga com as normas institucionais, fazendo notar severas semelhanças do forte teor moralizador, encarregadas de moldar sujeitos universais e de tolher a criatividade no processo de construção subjetiva. Em oposição, a relação desenvolvida por Luís e Terezinha diz respeito a uma formação de família que não dialoga com o tradicional, apontando para as possibilidades de construções familiares para além das normativas. Ao serem destacados esses movimentos, o de inteligibilidade e o de trânsito, torna-se evidente a possibilidade de lidar com o diferente a partir do momento em que há a desvinculação das certezas.

Em contraposição a Terezinha, “O menino que se via Clarice” põe detalhe nos momentos da infância, os quais dizem respeito a uma construção totalmente cristalizada como a de Terezinha, até a vida adulta, momento que o menino se vê como Clarice e começa a apalpar o mundo com outros gestos. Relata, através de seus livros, na infância, a performance feminina reprimida e controlada pelos familiares e por um *senhor divino*, remetendo a um sagrado religioso específico, o cristianismo. Sob o peso da normatividade, o menino Clarice passa por um processo turbulento de luta contra si, questionando sua existência face a um Deus detentor de regras punitivas. É, então, na fase adulta que encontra frechas para executar a liberdade e desejos do subjetivo, se reconhecendo como mulher. As imposições da normatividade constantemente presentes lhe causavam sintomas doentios, até se dar conta da insustentabilidade da normatividade em sua vida, momento em que o trânsito de gênero corresponde à escrita dos contos, de quem estreia como escritora da própria história.

Entrelaçada à então autora, Clarice nos evidencia que o menino já possuía um processo de autoconhecimento, de seus desejos e práticas: “Palavra por palavra que ia lendo, aprendia a se expressar do seu jeito, buscando cada dia dar voz à sua voz tímida pra um mundo externo ao seu.” (SOUZA, 2016, p. 123). Dessa maneira, ainda menino, se lança às experiências, dentre elas com “outras composições nascidas” (SOUZA, 2016, p. 123), possibilitando a interpretação de que essas ‘outras composições’ mencionadas remetam a sujeitos para além dos que refletem a normatividade, portanto, dissidentes.

Um fator de identificação com Clarice Lispector é o pavor despertado pelas baratas, presente no seu conto “A quinta história”, e na epifania desenvolvida no momento em que quase esmaga um rato morto na rua em “perdoando a Deus”, da obra Felicidade Clandestina. Em Souza (2016), há uma semelhante epifania ocasionada pelo mesmo ser, um rato morto na rua. Clarice, ainda menino, pondera sobre suas experiências, de modo a colocar um peso nas ações baseadas pelo desejo, encarando a situação e o sentimento provocado pelo encontro como uma sanção, uma punição: “um castigo à sua não existência” (SOUZA, 2016, p. 124).

Nessa perspectiva, é apresentada também a relação que a personagem tinha, quando menino, com o sagrado, imbuído de regras que operacionalizam de modo a regular as práticas, dentre elas as sexuais, conferindo sanções àqueles que fogem de um determinado padrão. Assim, ao ser colocado face ao livro, o menino atentou-se para os “pecados” que havia cometido, “rastros erros - irregulares de um pecado desconhecido e carente” (SOUZA, 2016, p. 124), que revela a ininteligibilidade daqueles que se desviam da norma e o desvio

como pecado. Esse padrão imposto por um “senhor da palavra” (SOUZA, 2016, p. 124) é tão agressivo que põe fim à morte de sua declaração-menino, constatação do desejo subjetivo da personagem pela mudança. A todo momento a normatividade tolhe as possibilidades com o de intuito modelar o sujeito mediante as normas de gênero, ocasionando uma enorme violência – psicológica, física, emocional etc.; assim, configurando-o em um sistema comum de silenciamento à subjetividade: “O senhor da palavra cruzou em rude travessia o fim daquilo que poria fim à morte de sua declaração-menino”. (SOUZA, 2016, p.124).

Notamos, então, que a instituição igreja é responsável por uma concepção de sujeito estanque (regulação da sexualidade), dissociada da diversidade, conjurando sanções aos considerados sem virtudes, por descumprirem o mando de Deus. A questão moral é intensamente posta em cena, não só para o que se desvirtua da norma, mas também para os outros sujeitos seguidores da norma que passam a atuar como sentinelas da palavra de Deus. Dessa forma, o texto literário aponta ao universo social representado, em que discurso moral religioso responsabiliza-se pelo bloqueio da diversidade, formando discursos opressivos e responsáveis pela morte de várias jovens:

A revisão dos estudos disponíveis sugere que, ao menos em um plano normativo, há religiões em que haveria espaço para uma relativa valorização da diversidade sexual (como as afro-brasileiras), enquanto posicionamentos católicos e evangélicos expressariam a persistência de uma rejeição às práticas homossexuais, qualificadas como pecado a partir de diferentes estratégias discursivas. (NATIVIDADE, 2009, p. 121-161)

A escrita do menino foi profundamente abalada pelo martírio dos pecados cometidos, desenvolvendo reflexões e tormentas por conta da imposição das normas a sua condição de existência. Nesse sentido, a artista Linn da Quebrada declara que sua subjetividade também foi atingida pelas marcas punitivas do religioso:

Qualquer que seja nossa trajetória, o corpo carrega memória. Eu acho que uma das várias marcas que o corpo carrega, dessa época que eu era Testemunha de Jeová, estão relacionadas à culpa, a uma construção do sagrado, do profano, do pecado, que acabou construindo e demorando muito tempo pra ser desconstruída, em relação a meu corpo enquanto desejo, como se ele fosse punido. Tem a ver com punição, culpa, pertencimentos, perceber o meu corpo naquela época como sendo errado. Perceber como sendo pecado, como se eu tivesse que abrir mão de mim mesma para poder existir, pra pertencer àquela comunidade. (QUEBRADA, 2019, p. 447)

O que se percebe, a partir do relato do menino que se via Clarice e da declaração da cantora Linn são as marcas das algemas postas pelos instrumentos de dominação dos corpos e da subjetividade que em dado momento silencia e em outros matam. Dessa maneira, a instituição igreja é conivente com a normatividade operacionalizando punições através de posições dicotômicas, entre a salvação e a perdição, o sagrado e o profano, o permitido e o proibido, armas do terrorismo religioso.

Clarice, ainda menino, desenvolve o sentimento do indevido ao colocar em contraposição seus desejos, a identificação subjetiva com o feminino e as exigências da norma. Diante do contexto de silenciamento, relata um cenário “de dor e de feridas” (SOUZA, 2016, p.126), no qual percebe a impossibilidade de perder mais de si, da mulher que rascunhara, de quem, há muito, abdicou a favor normatividade:

No cenário adormecido, ferido, tenebroso e desagradável, sua prisão de punição receberia um sim, e a fantasia real de um sonho de narrativa levá-lo-ia em novo e definitivo encontro com a palavra, ao seu mundo de dentro, e a quem detém a soberania da palavra. [...] O jovem adulto seria uma farsa: em vez de menino, uma menina, nascida pra dentro de si, e renascendo a si mesmo. (SOUZA, 2016, p.129).

Dessa maneira, a personagem abandona um lugar programado, legitimado pela ordem social, para um outro outorgado por si e pela sua existência. A menina começa a desvendar, também em sua escrita, o mundo a partir de um lugar de “não existência, diante das aflições de línguas inflamadas, [...], diante de maliciosas vidas puritanamente impudicas.” (SOUZA, 2016, p.129-130). A partir do não-lugar, com a configuração de um corpo sexuado masculino com a inscrição de gênero feminina, a escrita de Clarice toma forma *trans*, sendo suas palavras “os atos reais de uma vida e de mais algumas.” (SOUZA, 2016, p. 130). A vida se torna, através da escrita, um processo de identificação autobiográfica, por meio do qual outras vidas similares à dela são possíveis de identificação, tal qual ocorre com Terezinha e Linn da Quebrada. Assim, Clarice desvenda o misterioso, o incompreendido:

O oculo será retirado de mais vida, e uma marcação de intertexto subsidiará sua destemida poesia. Em forma, a narrativa de uma grande obra sobre o porvir – seu livro. A jovem escritora é a força de um temporal, denotando um ponto final aos falatórios incansáveis de muitas coisas ditas e servidas de regras vazias (SOUZA, 2016, p.131).

Nessa perspectiva, a escrita se insere num processo de resistência, em uma equação que transforma a dor em arte, contemplando a *trans*missão de ser autêntica e corresponder a

si mesma, ao rasgar regras, de modo a ecoar suas dores mais internas. Isso ocorre por intermédio do que sente e do que relata, num trânsito que dá voz a escrita, responsável por sua libertação: “Hoje, suas palavras serão cura de lembrança ao menino, pra outra vez compor-se livre.” (SOUZA, 2016, p. 131).

Através desse microscópio ficcional, podemos evidenciar, a partir das narrativas analisadas, dois recortes em que a subjetividade é invadida pelas normas de gênero, ocasionando violências de inúmeras formas, mas também depois transgredidas. A diversidade sexual e as alteridades estão grafadas a partir do momento em que as personagens dos contos de Josué Souza se desfazem das cicatrizes para contemplarem o gozo da autenticidade, no palco de Terezinha ou nas páginas que reveem Clarice.

CONCLUSÃO

As leis impostas através das normas de gênero e disseminadas discursivamente pelas instituições resultam em um cenário macro de desvalor da diversidade, bem como na anulação dos direitos humanos, tendo em vista o número de *transviades* hostilizados pelo sistema. A violência para com os corpos que forem de encontro a essa concepção estanque tem, constantemente, a necessidade de afirmação da identidade de gênero por detrás da pele corpórea, evidenciando a dificuldade de entendimento do corpo *transviade*, por mais inusitada que seja a realidade desses.

As personagens apresentadas na contística de Josué Souza dialogam diretamente com a realidade dos corpos em trânsito, com o contexto social-estrutural em que estamos inseridos, evidenciando a luta por legitimidade, visibilidade, condições plenas de vida. Uma luta em que o corpo se faz arma, bem como aparelho do diálogo. O protagonismo das personagens nos possibilitou reflexões sobre a institucionalização da violência nas suas diversas camadas de atuação, apontando os métodos utilizados pela norma para regular e legitimar os corpos.

Nesse processo de (des)legitimação, constatamos que a via discursiva do senso comum traz memórias de aversão e de ódio, retroalimentadas pelo simbólico e pelo imaginário social. Ademais, os contos analisados salientam os danos conferidos à existência por consequência das dicotomias real-ideal. Isto posto, concluímos que a desconstrução da norma imposta pela estrutura cishéteropatriarcal se afirma como pauta dos estudos *transviades*, bem como dos estudos feministas. Assim, o lugar comum compartilhado pelos estudos feministas, os estudos *transviades* e a teoria *queer* inclina-se ao desvelamento da

estrutura opressiva que atinge corpos com recorte de raça, gênero e classe social, sendo essas duas últimas categorias, contempladas pelas narrativas em estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BENTO, Berenice A. M. O que é transexualidade. São Paulo, Brasiliense, 2008.
- BENTO, Berenice. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. Revista Florestan, São Paulo, ano 1, n. 2, p. 48, nov. 2014.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 11. ed. Trad. Maria Helena kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRITO, Leandro Teofilo de. “Deixa a pinta pra fora da quadra”: sobre heteronormatividade e precariedade no contexto do voleibol. Anais ENLAÇANDO, Paraíba, V. 1, p.3. 2017.
- BUTTLER, Judith. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2000, p.1-16. From: Judith Butler. Bodies that matter. On the discursive limites of 'sex'. Nova York/Londres: Routledge.
- G1 SP. Transexual é morta a pauladas em bairro nobre. G1, São Paulo, 05 maio de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/05/transexual-e-morta-a-pauladas-em-bairro-nobre-de-sao-paulo.ghtml>> Acesso em: 26 maio de 2020.
- LEVANTAMENTO APONTA RECORDE DE LGBTs MORTOS NO BRASIL EM 2017. Poder 360, 2018. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/levantamento-aponta-recorde-de-lgbts-mortos-no-brasil-em-2017/>>. Acesso em 07 de maio de 2020.
- LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2000. pp. 4-24.
- LOURO, Guacira Lopes. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento. Labrys, estudos feministas, agosto/dezembro 2004. Disponível em https://www.labrys.net.br/labrys6/libre/guaciraa.htm#_edn1. Acesso: Acesso em: 19 jul. 2019.
- MARTINS, Helena. Número de assassinatos de travestis e transexuais é o maior em 10 anos no Brasil. Agência Brasil, Brasília, 25 jan. 2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2018-01/assassinatos-de-travestis-e-transexuais-e-o-maior-em-dez-anos-no-brasil>>
- NATIVIDADE, Marcelo. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia (s) em discursos evangélicos conservadores. In: Sexualidad, Salud y Sociedad, Revista Latinoamericana, Rio de Janeiro, n.2, p.121-161, 2009.
- QUEBRADA, Linn da. Obra das travas – Entrevista com a artista Linn da Quebrada. Revista Periodicus, Salvador, v. 1, n. 10, p. 446-457. nov. 2019.
- REDAÇÃO, O ESTADO DE S. PAULO. Trans é morta a paulada na Zona Sul de São Paulo. Estadão, São Paulo, 05 maio de 2019. Disponível em: <[ISSN 2675-1291 | Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade, v. 1, n. 2, p. 232-350, mai./ago. 2019
Programa de Pós- Graduação em Ensino e Relações Étnico -Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia](https://sao-</p></div><div data-bbox=)

paulo.estadao.com.br/noticias/geral,trans-e-morta-a-pauladas-na-zona-sul-de-sao-paulo,70002816985> Acesso em: 26 maio de 2020.

SILVA, Antonio de Pádua dias da. Literaturas de Língua Portuguesa e Homoafetividade – o aspecto político na ficção contemporânea. In: CAMARGO, F. F; GARCIA, P. C. Homocultura e linguagens. Salvador, EDUNEB, 2016, p. 79-103.

SOUZA, Josué. Terezinha e outros contos de literatura Queer. São Paulo: Hoo Editora, 2016, p.40-43.

SOUZA, Josué. Terezinha e outros contos de literatura Queer. São Paulo: Hoo Editora, 2016, p.122-133.